

MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA, TESTEMUNHO: REVISITANDO A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO *ESCOLA ELDORADO*

Janailson Macêdo Luiz¹

Resumo: Lançado em 2008, o documentário *Escola Eldorado* retrata as memórias de Alcione Ferreira da Silva, maranhense que se deslocou para o Pará no início dos anos 1970, e vivenciou episódios marcantes da história recente do País, como a Guerrilha do Araguaia (ainda na década de 1970); o garimpo na Serra Pelada (nos anos 1980) e o Massacre de trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás (em 1996). Este artigo problematiza as relações entre memória, experiência e testemunho presentes na forma como as narrativas de Alcione são apropriadas, em conjunto com outros documentos, no curta-metragem. Além disso, busca, por meio das rememorações apresentadas, retilhar alguns dos caminhos da luta pela terra na Amazônia entre o final do século XX e o início do XXI, cotejando as memórias narradas com elementos do contexto em que fora produzido o documentário.

Palavras-Chave: Luta pela terra; Amazônia; Direitos Humanos; Educação do campo; Documentário.

MEMORY, EXPERIENCE, TESTIMONY: REVISITING THE FIGHT FOR THE EARTH IN THE SOUTHEAST OF PARÁ A PARTY OF DOCUMENTARY *ELDORADO SCHOOL*

Abstract: Launched in 2008, the documentary *Escola Eldorado* portrays as memories of Alcione Ferreira da Silva, Maranhão who moved to Pará in the early 1970s, and experienced the most remarkable history of the country, such as Guerrilha do Araguaia, still in the decade of seventy; Serra do Pelada in the 1980s and the Landless Workers Massacre in Eldorado dos Carajás in 1996. The article discusses how relations between memory, experience and witness are present in the way Alcione's narratives are appropriated. set with other documents, no short film. Also, through isolated recollections, research some of the ways of the Amazon between the end of the twentieth century and the beginning of the twenty-first, citing as memories narrated with elements of the context in which the document is produced.

Keywords: Fight for land; Amazônia; Human rights; Field education; Documentary.

* As considerações apresentadas no artigo integram uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), que toma como objeto a Guerrilha do Araguaia. A pesquisa conta com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ Professor da Faculdade de História do Campus Marabá da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutorando em História Social pela USP. E-mail: janailson@unifesspa.edu.br.

Introdução

“Aí eu não caí no local. Que se eu tem caído, eles tinha acabado de me matar; igualmente eles acabaram de matar meu companheiro. A filha dele olhando e eles atirando na cabeça dele.” (ESCOLA ELDORADO, 2017: 5min40s). Esse relato faz alusão ao massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Sudeste paraense,² em 17 de abril de 1996, e faz parte dos depoimentos apresentados no documentário *Escola Eldorado* (2008, 13min), protagonizado pelo senhor Alcione Ferreira da Silva, um dos sobreviventes do massacre que, na época dos depoimentos (2006–2007), tinha entre 61 e 62 anos de idade.

No curta, dirigido pelo cineasta Victor Lopes, as narrativas orais elaboradas por Alcione (que abordam momentos importantes de sua história de vida e da recente história do Brasil) são apresentadas em cruzamento com documentos que vão de fotografias a registros audiovisuais. Essas narrativas tratam de temas³ como a Guerrilha do Araguaia, o garimpo de Serra Pelada, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o já citado massacre de Eldorado dos Carajás. Os referidos temas servem, ainda, como substrato para as considerações apresentadas sobre a educação — especialmente no que tange ao que passaria a ser designado, a partir daquele período, “Educação do Campo” — e sobre os direitos humanos.

Consideramos que os depoimentos orais reunidos no documentário, ainda que breves, abrem o caminho para reflexões acerca de algumas das mais emblemáticas experiências históricas vivenciadas no Brasil entre a Ditadura Militar (1964–1985) e os anos iniciais da redemocratização (1985–2008), constituindo um relevante testemunho alusivo aos episódios narrados e ao seu próprio momento de veiculação.

² O Sudeste do Pará compreende os municípios que, até o ano de 2017, integravam as microrregiões de Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Félix do Xingu e Tucuruí. Historicamente, sobretudo entre os moradores mais antigos, a região é conhecida como Sul do Pará (designação que abarca, ainda, uma série de outros municípios), designação que marcou o conflitivo período da expansão demográfica e econômica da região nas últimas décadas do século XX e anos iniciais do XXI. Os locais mencionados neste artigo fazem referência, sobretudo, aos espaços atualmente ocupados pela *Região Intermediária de Marabá*, segundo a designação oficial adotada a partir de 2017 (IBGE, 2019), especialmente os municípios de Curionópolis (onde está situada a Serra Pelada), Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Marabá e outros municípios banhados pelos rios Araguaia e Tocantins.

³ Cada um dos referidos temas apresenta bibliografia vasta. Por questão de limites quanto a extensão deste artigo, as considerações serão realizadas, de forma não exaustiva, a partir de parte das referidas bibliografias, resguardando-se o objetivo de realizar conexões entre a análise do documentário e os principais dentre os diversos temas/contextos nele representados.

Maranhense de Chapadinha das Mulatas (atual município de Chapadinha/MA), negro, trabalhador rural que veio ao Pará em busca do sonhado acesso à terra. Alcione é um desses sujeitos que vieram tentar a vida na Amazônia, mas acabaram se deparando com um contexto fortemente marcado pela violência própria da “fronteira” (MARTINS, 2009), em uma época conhecida pelo avanço do grande capital sobre a região, e também pela vinda de inúmeros migrantes que traziam consigo expectativas em relação à reconstrução de suas trajetórias.

Já na sinopse do documentário, é reivindicado o papel de Alcione como testemunha de um momento da história do Brasil, o que, como veremos, coaduna-se com as estratégias narrativas apresentadas durante o curta:

Testemunha viva da história recente do Brasil, Alcione Silva migrou do Maranhão para o Sul do Pará nos anos 60 em busca de terra e trabalho. Como agricultor no Araguaia, presenciou a ação do Exército no embate com a guerrilha e a derrota do movimento, comandada por Sebastião Curió (...). Por boa parte dos anos 80, Alcione viveu no garimpo de Serra Pelada sem fazer fortuna, voltando depois a trabalhar como agricultor. Juntou-se ao MST e, baleado na curva do S, sobreviveu ao massacre de Eldorado dos Carajás em 1997 [...]. (PORTACURTAS, 2019: s/p).

Torna-se pertinente, como já mencionado, buscar compreender não apenas os conteúdos apresentados no relato de Alcione, mas as formas de significação presentes em suas narrativas. Essas narrativas, conforme pode ser percebido com uma escuta atenta, em diversos casos remetem a significados coletivos mais amplos, fazendo sua trajetória se aproximar ainda mais dos milhares de pessoas que, como ele, sentiram na pele os desafios da “fronteira”.

Neste artigo, buscamos problematizar algumas das experiências narradas por Alcione, assim como compreender “o que o filme diz e como diz” (NAPOLITANO, 2010: 282) em relação a tais experiências e aos eventos centrais abordados. Objetivamos, ainda, entender as imagens que o filme constrói/autoriza quanto ao tema da luta pela terra na região, buscando analisar o documentário e analisar “sua condição de ‘testemunho’ de uma dada experiência histórica e social” (p. 281). Aqui, portanto, cabe o sentido de testemunha definida por Gagnebin para quem o papel de testemunha não se encerra em quem viveu e narra determinadas experiências, mas também por quem cultiva o que Portelli (2016) chamou de “arte da escuta”. Nesse sentido, para Gagnebin (2006: 57):

[...] testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o histor de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Ao registrar e reproduzir as narrativas de Alcione, e ao remontá-las e “levá-las” adiante, o documentário *Escola Eldorado* e os seus realizadores acabam também assumindo o papel de testemunhas. Isso é válido, sobretudo (como veremos), em um filme vinculado a um projeto que tem como tema central os direitos humanos, e marcado justamente pela denúncia ao sistemático desrespeito a esses direitos no País, apontando mazelas que se repetem infinitamente.

Para Ferro, no entanto, o papel de testemunha não encerra todas as características que devem nortear a análise de produções cinematográficas pelos historiadores. Em sua obra já clássica, aponta que o filme “[...] não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza.” (2010: 32). E pontua:

A análise não incide necessariamente sobre a obra em sua totalidade: ela pode se apoiar sobre extratos, pesquisar ‘séries’, compor conjuntos. E a crítica também não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com o qual se comunica, necessariamente.” (FERRO, 2010: 32).

É importante desde já salientar que Victor Lopes e sua equipe⁴ realizaram, com a produção deste documentário, uma ação que continua sendo pertinente mais de 10 anos depois: o registro e a veiculação, para um público maior, de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), presentes na Amazônia Oriental, possibilitando a escuta de relatos como os de Alcione. Em suma, esses relatos costumam ser elaborados e reproduzidos quase aos

⁴ Som: Renato Calaça; Edição de som: Bernardo Gebara; Direção de produção: Eudes Santos, Henrique Castelo Branco; Assistente de Direção: Luana Págin, Marcela Bourseu; Assistente de Câmera: Bruno Magalhães; Pesquisa de Imagens: Adriana Cursino; Produção Executiva: Rodrigo Letier; Assistente de Edição: Gisele Barreto; Direção de Fotografia: Luís Abramo; Mixagem: Bernardo Gebara; Pós-produção: Leonardo Domingues; Montagem: Fernando Vidor; Fotografias: Bruno Magalhães; Produção de Finalização: Giovana Saad; Produtor-associado: Roberto Berliner; Coordenador de Produção: Lorena Bondarovsky; Créditos: Luciano Godói; Curadoria: Carla Esmeralda; Assistência de Curadoria: Alice Gomes (PORTACURTAS, 2019: s/p).

sussurros por pessoas que passaram por situações traumáticas, tendo em vista se tratarem de temas controversos, além de serem alvo de vigilância por incomodarem interesses ainda em curso.

A análise do documentário também se faz relevante por se tratar, ele próprio, de um documento “de época”, marcado por uma releitura das relações sociais na região e no Brasil, a partir de um contexto perpassado por expectativas de uma modificação na realidade social dos sujeitos do campo, a contar dos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003–2006; 2007–2010), e também de um acúmulo de experiências na luta dos movimentos sociais no contexto da redemocratização e na luta pelos direitos humanos.

O “Projeto Marco Universal” e os trabalhos de Victor Lopes

Escola Eldorado é um dos nove documentários⁵ lançados em 2008 no cerne do *Projeto Marco Universal: Direitos Humanos*, desenvolvido pelo Instituto Cultura em Movimento (Icem) e [X]BRASIL. Embora não se objetive, neste artigo, fazer uma análise exaustiva de todos os curtas, buscamos assistir a todos para melhor entender o projeto maior em que o documentário em análise está inserido. Sobre esse projeto, é informado que (2019: s/p):

O tema de lançamento dá origem à formação de um importante e inédito banco de imagens autoral com curtas-metragens nacionais, de caráter mobilizador e educativo, aproximando os valores universais do cotidiano vivenciado pelo cidadão comum. Para este primeiro tema, a curadoria, sob a coordenação de Carla Esmeralda, uma das mais respeitadas profissionais do mercado cinematográfico, selecionou 9 diretores convidados para a produção de 9 curtas-metragens [...].

Negros, travestis, moradores de favelas, militantes do MST. São diversos os sujeitos “comuns” retratados em cada produção alinhada ao tema: “Direitos Humanos — a exceção

⁵ Seguem os títulos dos outros oito documentários, com seus respectivos diretores: *Vidas no lixo* (15min), por Alexandre Stockler; *Fruto da terra* (15min), por Tetê Moraes; *Flor na lama* (13min), com direção coletiva de Spetaculu — Escola Fábrica de Espetáculos; *Jonas, Só Mais Um* (13min), Jeferson De; *Cavalão* (15min), por Sandra Kogut; *J.*, por Eduardo Escorel (14min); *Amapô* (12min), por Kiko Goifman; *O pequeno e o grande* (12min), por Fábio Gavião, João Jardim e Markão Oliveira. Além desses documentários, também foi lançado o curta dirigido por Gringo Cardia, com mesmo título do tema do projeto: *Direitos Humanos, a exceção e a regra* (10min), introduzindo a temática dos direitos humanos e apresentando dados sobre o desrespeito a esses direitos no Brasil.

e a regra”. Entre os pontos em comum, encontra-se o retrato de histórias de vida de sujeitos que, apesar de desassistidos pelas políticas públicas e imersos em realidades marcadas pela pobreza e violência — em grande medida praticada por agentes de segurança pública (*Escola Eldorado*; J.; *Fruto da terra*), privada (*Jonas, só mais um*) ou no âmbito privado (*Amapô*) — buscam reconstituir suas trajetórias, mirando destinos trilhados sobre outra realidade.

Os documentários apresentam fragmentos das vozes desses sujeitos em seus dramas e nas expectativas que cercaram suas ações cotidianas, na tentativa de evadir de uma situação de miséria extrema (*Vidas no lixo*) e, em alguns casos, criar representações que mostram de outro modo a sua realidade, contribuindo para modificá-la por meio da arte e da cultura (*Flor na Lama*; *O pequeno e o grande*). Tratam, ainda, da possibilidade de construção de outras formas de relação entre a polícia e os moradores das comunidades carentes (*Cavalão*).

As produções contam com cerca de 12 a 15 minutos, o que ajuda a balizar os limites e as possibilidades de escolha de seus realizadores. Em geral, cada documentarista teve contato com os sujeitos retratados durante diversos anos, contribuindo para que fosse mais bem ponderada a relação entre o antes e o depois. Isso ocorreu, por exemplo, no curta *Vidas no lixo*, dirigido por Eduardo Escorel, em que é retratada a realidade de adolescentes negros que, literalmente, retiram o seu alimento do lixo deixado nas ruas em São Paulo/SP, tendo os caminhões de lixo como seus “inimigos” (VIDAS NO LIXO, 2008).

Em *Fruto da Terra*, dirigido por Tetê Moraes, é retratado outro trabalhador que, assim como Alcione, é vinculado ao MST: o jovem Marcos Tiarajú que, à época, estudava medicina em Cuba. O curta constitui a terceira parte de uma trilogia que tem como personagem central a mãe de Marcos, a militante Roseli Celeste Nunes da Silva (1954–1987), assassinada durante a luta pela ocupação da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul. Marcos foi o primeiro bebê nascido na área de ocupação, tendo sido retratado quando criança nas outras produções (FRUTO DA TERRA, 2008).

Apesar de as temáticas centrais se entrecruzarem, cada curta apresenta escolhas narrativas e estéticas distintas. Eles dosam, de modos diversos, os elementos dramáticos e lúdicos e o uso de documentos de apoio (registros audiovisuais, fotografias, imagens de jornais ou documentos oficiais) ou de relatos de memória. Além disso, apresentam, de

maneira distinta, a denúncia sobre atrocidades que vitimaram os protagonistas (em alguns casos, de forma letal) e o registro das suas lutas cotidianas pela sobrevivência e pelo acesso aos direitos “universais” (ICEM, 2019).

Em conjunto, porém, registram trajetórias despedaçadas por formas fundantes de violência (como o racismo, a homofobia, o tráfico de drogas e a atuação de milícias) e marcadas por tragédias assentadas sobre o descaso das autoridades, seja dos poderes executivo, legislativo ou judiciário. Esses curtas representam, por meio das vidas retratadas, a negação de uma cidadania plena e do acesso aos direitos mais elementares a milhões de brasileiros (moradia, segurança, alimentação, trabalho), mesmo em um contexto de forte crescimento econômico, como foram os meados da década de 2000.

Além dos demais documentários do *Projeto Marco Universal*, também buscamos assistir a outros trabalhos de Victor Lopes e ter contato com algumas de suas entrevistas, objetivando compreender melhor como *Escola Eldorado* se relaciona com o restante de sua produção. Novamente, é importante ressaltar que não se efetuou uma análise exaustiva dos demais filmes, mas foi realizado um esforço por compreender melhor o perfil profissional do documentarista⁶ e seus caminhos até *Escola Eldorado*.

Quando fora chamado a compor a equipe de diretores do *Projeto Marco Universal*, Lopes, que é moçambicano e está radicado no Brasil há mais de 30 anos, já tinha uma carreira de destaque como documentarista. Graduado em cinema pela Universidade Federal Fluminense, iniciou a carreira em 1987. Em 1992, ganhou destaque em dirigir e corroteirizar o média-metragem ficcional *Vênus de Fogo* (FILME B, 2019). E, pouco antes de inserir na tela a vida de Alcione Ferreira da Silva, havia tido dois destaques recentes, sendo multipremiado com o curta ficcional *Bala Perdida* (2003) e o documentário *Língua — Vidas em Português* (2004), seu primeiro longa-metragem (AIC, 2019). Em ambos, atuou como roteirista e diretor.

Estivera, sobretudo, ligado a projetos relacionados à mineração no Sudeste paraense;⁷ alguns, à época, já conclusos e outros em andamento. Notadamente, dirigiu os documentários: *Carajás* (2001) e *Estrada de Ferro Carajás* (2001), integrantes da série

⁶ Lopes também atua como roteirista, produtor de cinema e TV, além de exercer a docência em cursos sobre cinema ou ligados ao universo do audiovisual, como os promovidos pela *Academia Internacional de Cinema* (AIC).

⁷ Todos os filmes tiveram a produção da TVZERO, assim como o documentário *Língua*.

Mapa da Mina, com patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), proprietária dos espaços retratados; *Eliezer Batista, o engenheiro do Brasil* (2009), mais uma vez tendo a CVRD como patrocinadora, além de retratar a vida e a obra de um dos seus principais dirigentes, e *Serra Pelada — A lenda da montanha de ouro* (2013). Este último conta com a participação de Alcione entre os diversos garimpeiros entrevistados, reaproveitando trechos utilizados em *Escola Eldorado*. Em entrevista sobre o documentário *Serra Pelada*, Lopes destaca que:

Na verdade, eu fui pra região pra fazer dois filmes institucionais pra Vale, na época, e fui filmar na região. E quando eu fui, como todo cineasta é um garimpeiro por essência, ainda mais um documentarista, eu fui pra lá já querendo conhecer Serra Pelada, porque eu vi que era a mesma região. E assim que eu cheguei eu me deparei com uma história incrível, uma história única no Brasil e no mundo, a maior corrida do ouro do século XX (2019: 2min17s).

A ligação entre os filmes apontados é evidente, sendo o material utilizado em um documentário aproveitado em outro e, em alguns casos, mantendo-se o mesmo ritmo narrativo por alguns breves instantes, como na utilização da música *Te encontro em Marabá (Sônia)*,⁸ enquanto são retratados os passageiros viajando no trem da CVRD,⁹ tanto em *Estrada de Ferro Carajás* (11min09s) quanto em *Serra Pelada* (34min59s).

Em outros, ocorrem pequenas distinções, como nas apropriações dos trechos que retratam Alcione. Enquanto em *Escola Eldorado* sua história é narrada de modo focalizado, sem a presença das vozes de seus companheiros de trajetória, em *Serra Pelada* seus depoimentos são apresentados de forma mais reduzida, inseridos em uma sequência junto a depoimentos de ex-companheiros de garimpo.

Tal recurso de reapropriação do seu próprio arquivo já fazia parte da produção de Victor Lopes. Um olhar atento aos filmes *Bala Perdida* e *Língua* pode facilmente constatar

⁸ Incluída em 1997, no disco *Ator Principal*, fora composta por Roberto Villar (intérprete) e Pompílio. Tem como plano de fundo o trem de passageiros administrado pela Vale do Rio Doce, abordando suas paradas em Marabá/PA e São Luís/MA (VILLAR, 2019). O cantor é entrevistado no documentário *Estrada de Ferro Carajás*, em que fala sobre sua música. Em 1987, essa ponte (por onde passam veículos e a estrada de ferro) foi palco de um massacre efetuado pela polícia militar, vitimando diversos garimpeiros de Serra Pelada que ali efetuavam um protesto. Tal episódio, vinculado aos interesses da CVRD, seria retratado por Lopes apenas em *Serra Pelada* (2013), sendo eclipsado no filme de 2001, patrocinado pela mineradora.

⁹ A CVRD utiliza a mesma linha férrea que efetua o transporte do minério do Sudeste do Pará ao porto de São Luís, inaugurada em 1985. Essa contém quase 900km de extensão (ESTRADA DE FERRO CARAJÁS, 2001).

que o vendedor de balas (Márcio de Freitas) que aparece no início do primeiro filme (aos 2min9s), —uma obra ficcional — é o mesmo que tem alguns instantes de sua vida apresentados no documentário *Língua*. Márcio, assim como Alcione, parecem representar bem o que Lopes argumenta ao tratar de situações reais que, ao seu ver, “transcendem a ficção”, como as que retratou no filme *Serra Pelada*:

[...] tem situações que vocês vão ver no meu filme, no *Serra Pelada*, a *lenda da montanha de ouro*. Tem situações reais que transcendem a ficção. E o filme tem essa dimensão. Como eu sou ficcionista também, *eu trabalhei*. Tem uma dimensão humana e dos personagens e das histórias, que eu acho que você não pode enquadrar só como um documentário. Porque tem uma leitura do imaginário e da própria dramaturgia da história em si que é muito forte, que tá presente (ÓTV, 2014: 14min22s, grifos nossos).

Morettin tratou dos efeitos de veracidade, em geral, presentes nos discursos dos documentaristas: “[...] cabe destacar o uso constante em sua reflexão das palavras *registrar* e *revelar*, expressões tão caras a uma tradição cinematográfica preocupada em trazer para o cinema o ‘real’, esquecendo-se do papel de mediação exercido por ele.” (2011: 42–43, grifos nossos). Ainda que Lopes não deixe de lado a apropriação desse tipo de discurso na entrevista citada, ao enfatizar aquilo que “trabalhou” contribui para tornar mais evidente o papel do documentarista em registrar uma dada realidade, além de atuar como mediador entre o objeto da sua produção e o público.

Na mesma entrevista, o diretor trata do interesse que despertam as histórias de vida dos garimpeiros da Serra Pelada, confrontando o estereótipo homogeneizador das formigas humanas, como eram conhecidos os trabalhadores daquele garimpo, e ressalta a riqueza de cada uma daquelas histórias de vida:

Eu acho que Serra Pelada permite muitas histórias e muitas leituras. Como eu sempre falei, na verdade Serra Pelada *é um lugar onde você vai encontrar cem mil épicos*. Se você olhar para cada uma daquelas chamadas formigas. Para cada um daqueles homens, você tem uma história muito especial. Muito única (ÓTV, 2013: 11min57s, grifo nosso).

Entre os “cem mil épicos”, foi a vida de Alcione que acabou sendo selecionada por ele para ser narrada no *Projeto Marco Universal*. Não conhecemos os detalhes que levaram a tal escolha. No entanto, a história de Alcione concentra uma densidade em relação a episódios diversos, aproximando-o dos sujeitos retratados pelo autor em outros projetos e

delineando os exotismos e estranhamentos culturais próprios de uma relação eu/outro. No caso de projetos (cinematográficos) feitos para serem transmitidos a outrem, presentifica-se uma relação nós/eles, em que alteridades como cidade/campo e vida urbana/vida no maior garimpo do século XX ganham relevo.

Também ganha peso o fato de o achado cinematográfico de Alcione ter sido flagrado pelas câmeras logo após ser alvejado durante o Massacre de Eldorado dos Carajás, e ainda estar vivo durante as pesquisas do diretor e de sua equipe na região, promovendo o cotejamento entre dois momentos distintos de registro: o agora do conflito e as marcas de sangue por ele deixadas. No agora da rememoração, o presente confronta o passado, delineando as cicatrizes que marcam com mais nitidez o lugar de fala de quem sobreviveu a tantas situações inóspitas e a uma série de situações de desrespeito aos direitos humanos.

Alcione também assume o lugar do narrador que, em suas palavras, carrega as experiências de situações ao mesmo tempo que apresenta ligações com os embates e riscos do presente, constituídas de nuances muito próprias aos tempos em que foram forjadas. Podemos interpretar a sua figura como próxima ao que Benjamin apontou em relação ao papel que vinha sendo atribuído ao narrador, no Ocidente, já em sua época: o desaparecimento: “O narrador — por mais familiar que nos soe esse nome — não está absolutamente presente entre nós, em sua eficácia viva. Ele é para nós algo de distante, e que se distancia cada vez mais” (2012: 213). E Benjamin complementa: “Uma das causas desse fenômeno é evidente: as ações da experiência estão em baixa.” (2012: 214).

O declínio da transmissão oral da experiência — base do fascínio tradicionalmente conferido aos narradores — pode nos provocar, paradoxalmente, uma percepção que confere “[...] uma nova beleza ao que está desaparecendo.” (2012: 217). E instituímos para esse desaparecimento um trabalho de salvaguarda, de modo que se salvem alguns daqueles “épicas” e sejam arquivados, ao menos, os retalhos de experiências em via de desaparecimento.

Para que seja efetuado o melhor registro possível, torna-se, nessa perspectiva, necessário o trabalho de “garimpo” junto ao arquivo, pois, por mais que seja feita uma arte da escuta, as narrativas e experiências serão ressignificadas ao serem “traduzidas” para o universo cinematográfico. Para Lopes, a pesquisa é essencial para o trabalho do documentarista e um cineasta pode ser comparado a um garimpeiro.

Notam-se em suas produções, especialmente em *Serra Pelada e Língua — Vidas em Português*, uma busca exaustiva por histórias de vida e registros audiovisuais que pudessem ser apropriados, incluindo, ao mesmo tempo, figuras de destaque e sujeitos comuns. Em suas palavras: “O Samuel Fuller dizia que o cinema é um campo de batalha. E eu vou falar um pouco diferente: cinema é garimpo”. (ÓTV, 2013: 3min36s).

Suas garimpagens levaram ao registro de memórias diversas que gravitam em torno da mineração, do milionário empresário Eliezer Batista, dos maquinistas dos trens da CVRD, dos trabalhadores e moradores da idílica Carajás (Parauapebas/PA), dos maranhenses pobres que todos os dias veem o trem passar com minérios ao fundo de suas casas, do bom humor de trabalhadores que se locomovem por meio do mesmo trem de passageiros da Vale, da tristeza de um velho indígena Xikrin ao ver as terras dos seus antepassados tomadas pela cidade de Parauapebas devido ao *boom* da mineração. Histórias como as de um maranhense que vivenciou as expectativas e os embates de um período marcado pela desordenada abertura da Amazônia frente à expansão e às faces mais vorazes do capitalismo, como veremos a seguir.

Do Maranhão ao Pará

Escola Eldorado se inicia com a sombra de um homem lavrando a terra com a enxada, tateando com vigor o solo sob o sol amazônico. Pouco depois, a câmera inverte o posicionamento, focalizando, a partir do chão, o corpo do homem que, dessa vez, tem a frente encoberta por um jogo de luz/sombra, dado o contraste formado pela incidência da luz do sol diretamente na câmera. Logo descobriremos, findo esse primeiro instante de expectativa, que aquela sombra e aquele corpo pertencem ao senhor Alcione Ferreira da Silva.

Tal sequência nos faz lembrar o que aponta Napolitano quanto à análise do cinema pela história, em que deve ser levado em conta que “[...] todo filme, ficcional ou documental, é manipulação do ‘real’.” (2010: 282). O que não significa que é uma mera falsificação, mas que ocorrem recortes, seleções e remontagens visando à constituição de dadas representações, que podem se aproximar ou não das intencionalidades veiculadas originalmente nos depoimentos dos sujeitos retratados. Representações que, junto com as

práticas, são as próprias construtoras do mundo social, influenciando-se mutuamente ao alicerçarem as concepções de mundo e formas de agir de pessoas e grupos (CHARTIER: 1990).

Na primeira fala selecionada, apresentada em paralelo com as imagens descritas acima, Alcione faz uma associação entre o trabalho na terra e o trabalho no garimpo. Segundo ele:

A terra, ela dá tudo. Na terra dá tudo. Na roça pode ser pouco, mas todo ano você tem aquela colheita, né? E no garimpo é diferente. Às vezes você vai pra um garimpo pensando que vai dar alguma coisa e no fim, sai mais *ablefado* do que o que entrou. E aí é difícil, mas é sempre lutando com a terra mesmo (ESCOLA ELDORADO, 2008: 49s, grifo nosso).

Um dos pontos de destaque de seu relato diz respeito às conexões realizadas a partir de suas experiências. Desse modo, surgem os binômios: terra/garimpo, terra/luta, garimpeiros/sem-terra, guerrilheiros/sem-terra. Por vezes, esses elementos são apresentados em contraste, por outras, mantendo uma intensa relação de simbiose.

Alcione não se constitui como um sujeito atípico na região, pois foram muitos aqueles que atravessaram os caminhos da migração vinculada à busca pela terra (SILVA, 2006), vindo depois deparar-se com eventos como a Guerrilha do Araguaia, a busca por ouro nos garimpos (especialmente na Serra Pelada) e a nova busca do acesso à terra, dessa vez junto a movimentos sociais, como o MST e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (PEREIRA, 2015). Como relata um de seus companheiros, o Índio do MST, também alvejado durante o Massacre de Eldorado dos Carajás: “Dos [dezenove] mortos nós temos dezesseis que eram garimpeiros da Serra Pelada” (SERRA PELADA, 2013: 1h17min30s).

Em relação à fronteira, Martins ressalta:

A fronteira, a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas¹⁰, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações dos humanistas. A fronteira

¹⁰ Nos espaços e períodos aqui abordados, destacam-se os grupos: Xikrin do Rio Cateté, Suruí-Aikewara e Gavião (Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrâtikatêjê), sobreviventes aos contatos efetuados inicialmente de modo mais esporádico, porém com forte letalidade, nos anos finais do período colonial, durante o período imperial onde outros grupos com quem tinham laços de parentesco foram deslocados para outras regiões da Amazônia ou dizimados. A partir do fim do século XIX e início do XX, intensificaram-se os contatos com os trabalhadores vindos das diversas frentes de expansão (borracha, castanha, gado, mineração), ocasionando a morte de muitos indígenas e a perda de grande parte dos seus territórios (VELHO, 2013).

é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte (MARTINS, 2009: 9).

Ao analisar as migrações maranhenses entre os anos de 1968 e 1988 para Marabá — maior município do Sudeste do Pará — Silva (2006) ressalta a importância da construção de novas estradas, como a Rodovia Transamazônica (iniciada em 1970) para o trânsito e a chegada desses sujeitos que ajudariam a modificar as dinâmicas locais. A relevância para a migração, na nova configuração possibilitada pelas estradas, é um fator também apontado por boa parte da literatura que se debruçou sobre o avanço da fronteira amazônica e os conflitos ocorridos naquele contexto (SCHMINK E WOOD, 2012; VELHO, 2013; BRAGA, 2015; PEREIRA, 2015). Segundo a autora:

Nas duas décadas que seguiram, pelas estradas chegaram levas de migrantes em busca de trabalho na implantação de grandes projetos e no garimpo de Serra Pelada, e também em busca de terra no projeto de colonização oficial da Transamazônica ou através da ocupação espontânea (SILVA, 2006: 18).

No início dos anos 1970, foram muitos os migrantes que se deslocaram do Maranhão, e de outros estados, como o Piauí, Goiás, Minas Gerais, entre outros, em busca de terras na Amazônia. Como destacam Schmink e Wood (2012: 46-47):

A movimentação de pessoas rumo à Amazônia (...) era a mais recente das três relativamente distintas fases de expansão da fronteira, que tiveram lugar no Brasil, depois da Segunda Guerra Mundial. A primeira ocorreu no Paraná e envolveu o avanço do café em direção ao sul, tendo início nos anos 40 e continuando até meados dos anos 60. O segundo movimento de expansão da fronteira ocorreu em Goiás e Mato Grosso, nos anos 50 e 60, quando o aumento da demanda interna por carne levou ao avanço das fazendas de gado para o interior das vastas planícies do oeste brasileiro.

Em um trecho gravado em 2006, Alcione aparece caminhando pelo assentamento 17 de Abril que, como veremos adiante, fora construído à parte das lutas da ação dos trabalhadores rurais por meio do MST, e à custa do sangue derramado no massacre de Eldorado. Em seguida, é apresentado em sua casa simples de madeira, onde relata:

Eu comecei a trabalhar na roça com sete anos de idade. Muito novo eu comecei a possuir família. Eu me juntei com uma mulher, eu com dezessete anos de idade e ela com onze. E resolvi vim pro Pará. Só que na

época que eu vim pro Pará, eu pensei de vim: se eu me desse bem, demorar; se eu não desse, eu voltar. Maranhão. E que voltar foi esse, meu compadre, que inté hoje?

A migração de homens e mulheres pobres fora um contínuo entre a população camponesa maranhense entre o fim do século XIX, e durante praticamente todo o século XX, em especial mulheres e homens negros que procuravam, no acesso à terra, uma forma de vivenciarem a cidadania, seja nas décadas iniciais do pós-abolição, seja em momentos mais tardios do século XX, quando essa cidadania ainda se encontrava em um quadro que não difere tanto dos dias atuais: inconclusa (ALBUQUERQUE, 2009; GOMES, 2015).

É importante frisar que, nas décadas iniciais do período republicano, o Sudeste do Pará já havia passado por outros processos de atração de migrantes, voltados, inicialmente, à produção agropastoril e ao extrativismo da borracha que, nessa região — no que concerne à confluência dos rios Tocantins e Araguaia — fora extraída, sobretudo, por meio do caucho. Depois do curto período de destaque da borracha, entre o final do século XIX e anos iniciais do XX, ganhara relevo o extrativismo da castanha, crescente nas décadas seguintes, e que, em localidades como Marabá, daria o tom para a organização da oligarquia local (EMMI, 1988).

Nas décadas iniciais do século XX, o trabalho nos castanhais e nos pequenos garimpos atraía sujeitos que compunham uma mão de obra, em grande medida, sazonal. Apesar da existência de migrantes que se fixavam e contribuía para a formação de diversas vilas, e de cidades como a já citada Marabá, ainda era mais recorrente a presença temporária dos trabalhadores que, muitas vezes, revezavam-se e passavam, por exemplo, parte do ano no trabalho com a castanha e a outra no minério de diamantes, ou ainda laborando a terra nos arredores ou nos seus estados de origem.

Esse quadro vai se modificar, significativamente, já no cerne das migrações ocorridas no período militar — especialmente a partir do governo Médici — quando a Amazônia fora representada como uma “terra sem homens para homens sem-terra” no cerne do Plano de Integração Nacional (PIN), um dos carros-chefes do regime (BRAGA, 2015). Tal *slogan* sintetizava uma série de projetos visando à ocupação da região, tais como a construção da Rodovia Transamazônica, o Projeto Grande Carajás, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e a distribuição de terras para colonos da reforma agrária, sob o

comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (PEREIRA, 2015).

As terras ocupadas pelos colonos eram distribuídas às margens da nova rodovia. Por um lado, seu estabelecimento visava, inicialmente, a aliviar as tensões agrárias no Nordeste, onde havia surgido alguns anos antes a experiência das Ligas Camponesas;¹¹ por outro, reunir mão de obra que colaborasse com o adensamento demográfico do Norte, possibilitando a execução do PIN.

Os migrantes, como Alcione, chegaram às terras paraenses em maior número a partir da passagem dos anos 1960 para 1970. Mesmo aqueles que não vinham a partir dos programas do Governo Federal, acabavam sendo incentivados pela “notícia” transmitida de boca em boca de que o governo estaria dando terra na Amazônia (SCHMINK E WOOD, 2012). Ao chegarem, porém, percebiam que o sonhado acesso à terra tinha que se dar frente à atuação de grileiros, que, muitas vezes, contavam com o apoio das autoridades. Isso colaborava para a expropriação das terras conquistadas pelos pequenos produtores, o que favorecia a concentração fundiária e a reprodução do latifúndio (PEREIRA, 2015).

Da Guerrilha à Serra Pelada

Ao iniciarem sua vida no Pará, muitos desses migrantes acabaram passando por uma das experiências relatada por Alcione, vivenciando a Guerrilha do Araguaia (1972–1974): “Cheguei aqui numa época, setenta e dois, tempo de uma guerrilha que houve aqui no Araguaia. Coisa mais triste do mundo que já aconteceu no Sul do Pará”.

A Guerrilha do Araguaia teve início em 12 de abril de 1972, quando integrantes das Forças Armadas descobriram que, na região do chamado Bico do Papagaio, onde confluíam os rios Tocantins e Araguaia, existia um grupo de militantes preparando o terreno para a atuação de uma guerrilha rural. Logo depois, seria descoberto que se tratava do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que tinha quadros infiltrados na região desde 1966, sendo alguns com treinamento militar na China comunista (CAMPOS FILHO, 2012).

¹¹ Buscava-se, desse modo, diminuir as tensões sociais do campo no interior da região Nordeste, reduzindo-se, ao menos a nível de discurso, a potencial concentração de pessoas que poderiam aderir a movimentos contestatórios.

Tendo desbaratado a Guerrilha urbana no final dos anos 1960, os militares foram pegos de surpresa com o grupo guerrilheiro do Araguaia. Os conflitos não iriam, porém, colocar em contraposição apenas os guerrilheiros e os militares, pois acabariam envolvendo toda a população que vivia entre o Norte do atual Tocantins (a partir de municípios como Araguatins, Araguaína e Xambioá) no Sudeste do Pará, especialmente localidades como São Geraldo, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina, Brejo Grande do Araguaia e Marabá (MECHI, 2012; CAMPOS FILHO, 2012).

Muitos desses moradores acabariam sendo, também, alvo das ações dos militares, sendo colocados, em um primeiro momento, sob suspeita de auxiliarem os guerrilheiros. Apesar de, efetivamente, poucos terem aderido ao movimento revolucionário, ao contrário da estratégia pensada pelo partido, muitos camponeses acabariam tendo suas casas, roças e mantimentos queimados, de modo a evitar que fossem utilizadas pela Guerrilha (MECHI, 2012; CAMPOS FILHO, 2012). Outra grande quantidade fora aprisionada e torturada e, mesmo os que teriam colaborado de “bom grado”, passaram os anos seguintes ao fim dos conflitos sob a vigilância de agentes da repressão, dentre os quais se destaca Sebastião Curió¹² (NOSSA, 2012).

A Guerrilha se constituiu, portanto, como um evento traumático para um grande número de moradores da região (PEIXOTO, 2011; MECI, 2012; CAMPOS FILHO, 2012). Mesmo aqueles que não se envolveram diretamente com os conflitos acabariam presenciando cenas que marcariam as suas recordações, como aquelas relacionadas aos helicópteros:

Lá quando deu um dia, nós tava arrumando pra ir pra roça, cedinho. Manhã cedo. Tava todo mundo arrumando pra ir pra roça. Escutemo aquela zuada no mundo. Era dezesseis helicópteros, pareado. Tudo atrás... Assim, a fila. Dezesseis helicópteros. Rodaram lá em cima de São Félix. E a polícia pulando de paraquedas. Aí foi que eles vieram dizer que aquilo

¹² A trajetória de Sebastião Curió Rodrigues de Moura é fundamental para a compreensão da história da Guerrilha do Araguaia e do que Peixoto (2011) chamou de “guerra que veio depois”. Após atuar infiltrado na região e ajudar na derrota das Forças Guerrilheiras do Araguaia, sendo-lhe imputado papel na morte e no desaparecimento de diversos guerrilheiros (incluindo aqueles que se encontravam sob custódia das Forças Armadas), Curió continuou atuando em atividades de inteligência (vinculadas ao Centro de Informações do Exército [CIE]) nos locais onde ocorreram o conflito, colaborando com a repressão aos movimentos de trabalhadores rurais que passaram a despontar no contexto da reabertura. Nos anos 1980, fora designado para instaurar a ordem no garimpo da Serra Pelada, vindo a atuar como interventor. Atuou, ainda, como deputado federal e tornou-se, por dois mandatos (2001–2008), prefeito do município que ganhara o seu nome — Curionópolis — e cuja emancipação política data de 1988 (NOSSA, 2012).

era um povo terrorista que tava querendo invadir o Brasil. *Pegou quase todo mundo de lá*. O que era de homens eles levaram tudo. Ficou só as mulheres (ESCOLA ELDORADO, 2008: 2min10s, grifo nosso).

Os helicópteros costumam aparecer de forma destacada nos relatos dos moradores, representados como um dos signos da repressão realizada, por serem utilizados não somente para o transporte das tropas ou nos combates efetivos contra a guerrilha, mas também para a transmissão de recados para a população, por meio de autofalantes. Além disso, segundo os relatos, eram usados para a exposição dos corpos dos guerrilheiros mortos, destino que teria ocorrido com Osvaldão, líder do destacamento B da Guerrilha (PEIXOTO, 2011; MECI, 2012; CAMPOS FILHO, 2012).

No trecho reproduzido anteriormente, é feita uma rápida alusão (“Pegou quase todo mundo de lá”) aos aprisionamentos arbitrários de moradores locais que eram levados a lugares como a Base de Xambioá, no atual Tocantins, a Base da Bacaba, em São João do Araguaia, e a Casa Azul, em Marabá. Nesses locais, conforme relatado pela literatura sobre o tema, foram perpetrados diversos atos de tortura, extermínio e sumiço de corpos de camponeses e guerrilheiros. A maior parte deles continua desaparecida até os dias atuais, fato que ocasionou a condenação do Brasil, em 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), no caso *Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) versus Brasil*. Como aponta Mechi (2012: 122):

A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelo desaparecimento de militantes na guerrilha do Araguaia, fatos que são enquadrados como imprescritíveis, passou a subsidiar o processo contra agentes do terror, como o “Major Curió” e colocou em xeque mesmo a validade da Lei [da Anistia].

O relato de Alcione sobre o contexto da Guerrilha é apresentado no documentário junto com fotografias cedidas pela jornalista Taís Moraes, coautora de uma das mais importantes obras sobre o conflito (MORAES e SILVA, 2005), visando a reforçar ainda mais os efeitos de verdade frente ao público, adensando as representações apresentadas no relato.

Não deve ser visto como um acaso a associação feita por Alcione entre a atuação dos guerrilheiros do Araguaia e o que é defendido pelos militantes do MST, em um recorte mais recente. Como registrado no seguinte trecho:

Só que as depois de tudo isso, que eu vi, mesmas conversas que eles contavam era o mesmo que os militantes do movimento dos sem-terra fala. Eles querendo fazer uma reforma agrária, mas por dentro da mata, porque era o tempo da Ditadura Militar, né? Aí então não tinha como eles chegar e falar pro povo o que eles queria mesmo. Eles tinham medo e não conseguiram nada. Morreu todo mundo. O que não foram pego, que foi condenado mais foi morto né? É muito triste essa história (ESCOLA ELDORADO, 2008: 3m6s).

No momento em que é reproduzida a narrativa de Alcione sobre a Guerrilha, é exibida sua imagem observando o Araguaia, em São João do Araguaia, em uma das paisagens mais emblemáticas da região. Assim como ocorre com as sequências iniciais, em que se intercalam o depoimento, o trabalho com a terra e a caminhada pelo assentamento, aqui se associa o ato reflexivo da rememoração com a ação simbolizada pelo movimento. Dessa vez, Alcione é conduzido por uma rabeta¹³ sobre as águas do rio Araguaia.

Um pouco adiante, no documentário, serão representados outros deslocamentos. Alcione efetua depoimentos *in loco* em espaços como o lago de Serra Pelada (Curionópolis/PA) e a Curva do S¹⁴ (Eldorado dos Carajás/PA), possibilitando uma ligação entre o relato e os espaços transformados em lugares de memória (NORA, 1993). As imagens e os relatos de Alcione, no tempo presente, são cotejados com arquivos audiovisuais garimpados de gravações contemporâneas aos eventos retratados.

Quanto à Serra Pelada, são apresentadas imagens do início dos anos 1980, época do auge da mineração do espaço que era descrito como o “formigueiro humano”. Essas imagens mostram um pouco da “aparência bíblica surreal” descrita por Schmink e Wood (2012: 296):

O exército de formigas – coberto de lama e movendo-se num fluxo contínuo pelas escadas, cada um carregando nos ombros um pesado saco, suspenso por uma cinta apoiada na cabeça – dava a Serra Pelada uma

¹³ Pequeno barco, geralmente canoa, com motor (a rabeta) acoplado, utilizado para a locomoção de um número pequeno de pessoas.

¹⁴ Na Curva do S, o depoimento é dado juto ao monumento erguido em memória ao massacre de 17 de abril de 1996.

aparência bíblica surreal, despertando o interesse da mídia nacional e internacional.

Como vimos, Victor Lopes busca desconstruir essa imagem das “formigas” por meio do aprofundamento nas histórias de vida “épicas” dos que vivenciaram Serra Pelada. A mineração, no local, iniciou entre dezembro de 1979 e o começo de 1980, após descobertas de ouro nas proximidades do morro da Babilônia. Esse morro, *a priori*, tinha mais de 100m de altura e, em pouco tempo, seria literalmente desconstruído, dando lugar a um lago com metros de profundidade e a uma cratera que, em 1983, já possuía “[...] 1.200 metros de diâmetro e, aproximadamente, quarenta a cinquenta metros de profundidade. Como o fundo da mina estava bem abaixo do nível do lençol freático, infiltrações constantes tornaram o local de trabalho cada vez mais perigoso.” (SCHMINK; WOOD, 2012: 298).

Como já dito, a Serra Pelada contribuiu para a vinda de muitos migrantes para a região, tendo chegado a reunir, durante o seu auge (no início dos anos 1980), mais de 100 mil pessoas em simultâneo, trabalhando diretamente na exploração do garimpo e nos seus arredores. Muitos desses sujeitos, mesmo depois de fracassadas as suas experiências no garimpo, continuariam a residir em terras paraenses. Nas palavras de Alcione:

Quem mais trouxe o povo maranhense pro Pará foi garimpo. Aonde eu já andei, já foi o lugar que eu mais vi gente foi aqui na Serra Pelada, na época do garimpo. Isso daqui [fala em relação ao lago, apresentado ao fundo] é a calma da Serra Pelada. Todo ouro que saiu da Serra Pelada saiu de dentro desse buraco, bem onde tá esse lago. Eu vi muito ouro. Muito ouro, agora o nosso barranco nunca deu ouro. Eu passei dificuldade na Serra Pelada. E teve dia lá em casa que eu vi a minha menina chorar de fome, sem eu ter condições de comprar o pão (ESCOLA ELDORADO, 2008: 3m44s).

A despeito de um trabalho inicialmente espontâneo dos garimpeiros, a quantidade de ouro e de pessoas no garimpo de Serra Pelada logo ganharia repercussão nacional e internacional. A atividade mineradora, nesse local, constituía-se como um exemplo atípico frente ao modelo mais comum de garimpo presente em outras localidades do estado e da região amazônica, marcados pela exploração em pequenos espaços (SCHMINK; WOOD: 2012).

Devido à riqueza apresentada e aos perigos que um grande aglomerado de pessoas representava em uma região recentemente marcada por ações guerrilheiras, o governo

Figueiredo designou o Major Sebastião Curió (antigo agente do Serviço Nacional de Informação [SNI] que contribuiu para a derrota da Guerrilha do Araguaia) para administrar o garimpo, garantindo, inicialmente, os interesses e a vigilância da Ditadura sobre aquele espaço (NOSSA, 2012). Entre esses interesses estava a utilização do ouro de Serra Pelada nas negociações da dívida externa brasileira durante o Governo Figueiredo (SERRA PELADA, 2013).

Depois de muitos conflitos e controversas, o garimpo acabaria sendo explorado até o limite da insalubridade quanto às condições de trabalho. Mesmo após o fim das atividades, foram muitos os garimpeiros que optaram por permanecer no local, ansiando pelo retorno à exploração da Serra Pelada. Esses homens, retratados ao longo do documentário, ainda guardam consigo o desejo de bamburrar por meio da exploração do ouro. Em Serra Pelada, suas expectativas, histórias de vida e estratégias de atuação, no presente, são focalizadas de modo mais aprofundado.

É importante observar que a atividade garimpeira, na região, não deve ser vista como isolada da lida com a terra. Muitas vezes, os migrantes estão vinculados simultaneamente a essas duas atividades, como ocorreu com Alcione. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, já era comum que os migrantes intercalassem aos seus percursos e repertórios a busca pela fixação na terra e a tentativa de obter maior sorte trabalhando nos pequenos garimpos no entorno de fazendas e rios espalhados por diversos municípios, muitos dos quais dariam início a aglomerados que depois se tornariam vilas e cidades.

À primeira vista, os garimpeiros parecem formar um grupo social distinto, vivendo em enclaves isolados do resto da população na fronteira. Seu estilo de vida parece ser tão precário e passageiro que é tentador tratá-los como um mero enredo secundário na história principal do desenvolvimento amazônico. [...] Na realidade, como descobrimos mais tarde, a mineração estava firmemente ligada à agricultura, bem como a quase todas as outras facetas da vida na fronteira (SCHMINK; WOOD, 2012: 291).

Essa atividade, no garimpo, também não deve ser pensada isolada da luta pela terra. Como aponta Moura (2008: 17), a atuação dos garimpeiros, seja em garimpos menores, seja na própria Serra Pelada, configura-se como “[...] uma nova forma de disputa pela terra, que passa a envolver a questão do subsolo [...]”, gerando embates junto aos latifundiários e à CVRD. Lutas, essas, que não se encerraram nos anos 1980.

Como Moura nos mostra, os embates se reascenderam a partir de 2002, quando os garimpeiros passam a reivindicar o retorno das atividades na Serra Pelada e são alvo de diversas reportagens na grande mídia. Isso ocorre no mesmo estágio de desenvolvimento da sua dissertação, que coincide com o período de entrevistas, edição e lançamento de *Escola Eldorado* (2006–2008). Desse modo, a “[...] ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, no interior do garimpo, colocou aos trabalhadores situações bastante precárias [...]”. Atualmente, encontram-se nesta situação mais de 40 mil homens e suas famílias.” (MOURA, 2008: 19).

Sobre os antigos companheiros que ainda permanecem no garimpo, Alcione relata que:

Os garimpeiros não entregam a Serra Pelada não. Já morreu foi muito, véin [velhinho], lá dentro, mas não sai, de jeito nenhum. Só se matar, o garimpeiro é teimoso. (...) Pra sair vivo ele não sai não. Só se matar mesmo. *Garimpeiro é igual sem-terra* (ESCOLA ELDORADO, 2008: 4m32s, grifo nosso).

Notemos que, depois de associados aos guerrilheiros, os sem-terra têm a imagem vinculada à persistência própria dos garimpeiros. A cada um desses sujeitos, no entanto, é vinculada por Alcione uma imagem que os reafirma (assim como a si mesmo) enquanto sujeitos do processo de construção histórica do “Sul” do Pará. Sujeitos que, com seu trabalho e sua “teimosia”, deixaram registradas suas expectativas e formas de luta — a despeito das ações de vigilância e repressão — e prosseguiram/prosseguem na busca por seus direitos.¹⁵

¹⁵ Como destaca Moura (2008: 23), “Em diálogos que mantive com garimpeiros e ex-garimpeiros pude perceber questões que são ainda hoje cruciais para eles: a luta pela indenização da ‘sobra’ de ouro retida no Banco Central (900k de ouro), a negociação com as mineradoras para a mecanização da exploração do garimpo, as divergências entre as diferentes cooperativas, a luta pelo direito, se não pelo próprio território, aos bens que construíram nele com seu trabalho. Aí estão os sonhos de construir ou comprar a casa própria, ajudar os filhos, retornar para a cidade natal. Outra questão que chama a atenção são as negociações entre governo federal, cooperativas e mineradoras pelo reconhecimento dos direitos dos garimpeiros, nos quais a memória tem se configurado um campo fértil de expressões de disputas e de prática política”.

“Todos nós tem um direito só”: do Massacre de Eldorado dos Carajás aos seus “legados”

Alcione era um dos trabalhadores rurais sem-terra presentes na Curva do S, no município de Eldorado dos Carajás, ponto da rodovia PA-150 interditado pelo MST, em 17 de abril de 1996, durante o episódio conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás. De acordo com os dados oficiais, 19 trabalhadores sem-terra foram sumariamente assassinados durante a operação policial, efetuada ao meio-dia, pelos agrupamentos da Polícia Militar sediados em Marabá e Parauapebas, com cerca de 70 feridos (AFONSO, 2016).

Os sem-terra estavam a caminho de Marabá, onde fariam ocupação na sede do Incra, e a partir de onde um grupo com lideranças e militantes continuaria a marcha até Belém. Ao chegarem à capital, esperavam ter audiência com o governador do Pará, Almir Gabriel, para tratar da desapropriação e destinação à reforma agrária do complexo de fazendas Macaxeira,¹⁶ situado entre Curionópolis e Eldorado dos Carajás. Para Afonso:

O MST ao organizar centenas de famílias sem-terra para reivindicar a desapropriação da fazenda Macaxeira e de outros latifúndios da região, não questionava apenas a improdutividade da grande propriedade, sua estratégia de atuação tinha um alcance maior: reinserir os expropriados na sociedade através do acesso à terra, questionar a estrutura agrária existente e o papel do Estado, conforme os autores citados. Certamente, por essa razão, é que vão ser vítimas de uma violência tão extremada. É nesse contexto que se insere o massacre de Eldorado dos Carajás (2016: 56).

As reivindicações em relação à fazenda Macaxeira já vinham sendo efetuadas desde o ano anterior, tendo o movimento recentemente ocupado um trecho da propriedade. Havia grande concentração de trabalhadores rurais sem-terra na região, oriundos da Serra Pelada, da busca pela terra nas décadas anteriores ou do trabalho com os grandes projetos. Em 1996, mesmo com a criação do assentamento Palmares (Parauapebas), com 517 famílias, as tensões quanto à desigualdade e à distribuição de terras estavam longe de ser resolvidas.

Porém, poucos dias antes do massacre (em 9 de abril), o MST resolveu, depois de diversos empecilhos colocados frente à desapropriação do espaço por parte do Incra, adotar uma estratégia mais radical:

¹⁶ Onde viria a ser, posteriormente, organizado o assentamento “17 de abril”, apresentado no documentário.

A decisão do INCRA de não desapropriar o complexo Macaxeira e o não cumprimento dos acordos de entrega das cestas básicas, levou o MST a tomar uma decisão mais radical: iniciar uma marcha coletiva, composta pela maioria das famílias acampadas até a sede da Unidade Avançada do INCRA em Marabá e a ida até Belém de uma comissão de lideranças dos assentamentos e do acampamento para negociar com o Governo do Estado e o INCRA (AFONSO, 2016: 64).

Alcione relata suas expectativas em relação à referida marcha:

Eles tinham um acampamento na época na Palmares, o pessoal do MST. Aí de lá da Palmares, eles saíram numa caminhada até aqui em Eldorado. Aí quando deu no outro dia já levei prato, panela, machado, que eu pensei que chegava lá já ia fazer a casa lá dentro da terra. Negativo.

Tal movimentação do MST não passou despercebida pelos representantes do latifúndio e dos grandes projetos nas proximidades, incluindo-se a CVRD, sediada em Parauapebas, responsável pelo maior projeto de mineração da região. Como lembra Afonso (2016: 18):

A interdição da PA 150, na altura da curva do “S”, pelo MST em 17 e abril de 1996, provocou uma reação do setor ruralista, do Governo do Estado e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Nas semanas que antecederam ao massacre, várias reuniões ocorreram entre esses setores para discutirem medidas a serem adotadas contra ações do MST. O Governo do Estado escolheu então os comandantes da polícia militar da região de Marabá e Carajás (Coronel Mário Colares Pantoja e Major José Maria de Oliveira), para fazerem a interlocução com o Movimento e darem respostas às suas reivindicações.

Como se sabe, hoje, a forma de interlocução escolhida foi a bala (típica na região). Essa teve seu maior símbolo na repressão à Guerrilha e, a partir de 1980, no contexto da reabertura política, ganhou novos contornos na repressão aos movimentos de trabalhadores rurais e às suas lideranças (PEREIRA, 2015). Porém, uma das peculiaridades do Massacre de Eldorado dos Carajás foi a presença da imprensa no local e o registro *in loco* de imagens que acabariam fazendo com que o episódio ganhasse maior repercussão:

A repercussão do episódio foi motivada pela presença de dois jornalistas que faziam a cobertura jornalística do confronto. Enquanto a polícia disparava contra os manifestantes, um deles, o cinegrafista do SBT Osvaldo Araújo registrava as imagens em sua filmadora. A outra repórter

da TV Liberal, Marisa Romão, também testemunhou o conflito e precisou se proteger do tiroteio junto com o colega e os sem-terra num casebre. A força das imagens causou grande impacto na opinião pública. Posteriormente, o registro do confronto foi exibido pela imprensa nacional e internacional o que gerou uma grande comoção (VARGAS, 2006: 42).

Em *Escola Eldorado*, são apropriadas as imagens do cinegrafista Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo, usadas em uma reportagem da TV Liberal, afiliada à rede Globo. Tais imagens retratam apenas alguns recortes do momento dos conflitos, dada a não autorização — a princípio, por parte do comando da operação — do registro dessas ações. Com o início do conflito, no entanto, acabaram sendo feitos registros que, inclusive, viriam a ser utilizados durante as investigações e apresentados no julgamento.

No trecho apropriado por Lopes, são apresentadas imagens de trabalhadores sem-terra reunidos; alguns sem camisa, alguns de chapéu de palha. Ao fundo, pequenas barracas cobertas de palha, típicas de acampamentos; do outro lado, uma fila de carros deixando engarrafada a Curva do S, à época inserida em uma precária estrada de terra. Logo, surgem os policiais, inicialmente, afastados dos manifestantes.

Depois, a ação se acelera e é apresentado o momento dos confrontos: os sem-terra veem, ao fundo, bombas de efeito moral; depois de um corte, já aparecem avançando na barricada feita por eles próprios, dirigindo-se com foices e facões em punhos até os policiais. Alguns policiais militares (PMs) recuam, outros aparecem vindos de trás de um caminhão atravessado que bloqueava a estrada, e começam a metralhar os manifestantes. Enquanto isso, a narração é apropriada pela reportagem:

Cinco horas da tarde. Os sem-terra mantêm um grupo de trezentas pessoas impedindo a passagem de carros e caminhões. Eles cantam. Os policiais começam a operação atirando bombas de efeito moral. Os sem-terra não se intimidam. Partem para cima dos PMs com foices, facões e pedaços de pau. Os militares recuam. A PM volta com rajadas de metralhadora (ESCOLA ELDORADO, 2008: 5min6s).

No documentário, não é problematizado o uso de tais imagens nem os limites da sua função enquanto registro, tendo em vista o ângulo limitado e a impossibilidade de gravação dos eventos anteriores, que causaram a reação dos sem-terra, gerando a cena do seu avanço sobre os policiais. Como fora apurado posteriormente:

É no exato momento do avanço dos trabalhadores em sua tentativa desesperada de resgatar Amâncio, que o cinegrafista Raimundo Osvaldo dos Anjos Araújo reiniciou a filmagem e registrou o massacre de Eldorado de Carajás. Portanto, quando o cinegrafista registrou o avanço dos sem-terra, o trabalhador Josimar já tinha sido atingido por dois tiros e se encontrava caído nas proximidades do caminhão, e Amâncio também tinha sido atingido por vários tiros, além de espancamento e se encontrava caído ao lado do caminhão boiadeiro. (Depoimento de Marisa Alves Romão Pereira, acusação, processo 786/96, 18º volume). (AFONSO, 1996: 79).

Alvejado com um tiro, como dito no trecho reproduzido na abertura do artigo, Alcione presenciou de perto a morte de um companheiro. Embora não seja dito seu nome no documentário, seguindo seu depoimento nos autos do julgamento do caso, esse companheiro trata-se de Altamiro Ricardo da Silva (AFONSO, 2016). Depois de atingido, viu-se encurralado pelos grupamentos de PMs vindos de Marabá e Parauapebas:

Fugi deles, fui sair em cima deles novamente. Aí um colocou a arma na minha cabeça. ‘Acaba de matar essa peste’. ‘Não, mata ele não, manda ele embora, manda ele correr’. Aí ele disse: ‘levanta! E vai direto no hospital, diz que foi uma bala variada que pegou’. (ESCOLA ELDORADO, 2008: 5m51s, grifo nosso).

No sexto minuto do documentário, é apresentada a imagem de Alcione no cerne das gravações realizadas no momento do massacre. Entre gritos, choros e vozes desconstruídas, ele olha para a câmera com o sangue causado pela bala escorrendo pela lateral do seu tórax. Desde o início do depoimento sobre o massacre, são intercaladas gravações da época com imagens do depoimento dado na Curva do S e imagens da sua casa no assentamento 17 de abril. São também mostrados, de relance, nomes dos mortos gravados no monumento presente na Curva do S.

Ao falar da quantidade de mortos/feridos, um dos pontos mais controversos na memória sobre o Massacre, Alcione crava, apontando para o asfalto que cobre a *Curva do S*: “Toda vida eu digo que não só morreu dezenove sem-terra, porque essa pista tava cheia de gente caída aí. E eles não deixava nem a gente olhar. O sangue aqui tava cobrindo o pé. No mei dessa pista bem aqui” (ESCOLA ELDORADO, 2008: 6min14s). Conforme Barreira:

A sequência de mortes é estarrecedora, a começar pela primeira vítima. Consta que o primeiro a morrer foi um deficiente auditivo, que não ouviu

o barulho dos tiros. “O primeiro tiro acertou o seu pé direito. ‘A gente gritava para ele correr, mas não adiantava. Os soldados chegaram perto e atiraram na cabeça’, diz Francisco Clemente de Oliveira, agricultor em Serra Pelada, que testemunhou a morte” (Veja, 24/04/96). Um dos últimos foi um líder do MST, Oziel Pereira, de 17 anos, preso e algemado, que foi morto com um tiro na testa (1999: 138).

Indícios presentes nos depoimentos de militares e trabalhadores sem-terra indicam que, além da ação da polícia ter sido premeditada, após a morte inicial de seis trabalhadores, teria ocorrido, num segundo momento posterior ao calor dos conflitos, a execução sumária de mais treze feridos e ainda o assassinato deliberado de lideranças:

A conclusão que se chegou é que os vários trabalhadores feridos que permaneciam na pista, inconscientes ou sem condições próprias de locomoção e que foram observados e contados pelo Major PM José Maria Pereira de Oliveira, foram sumariamente executados por policiais militares das duas tropas reunidas (AFONSO, 2016: 82).

Os indícios presentes nos depoimentos e o laudo produzido estão em consonância com o que é relatado por Alcione. Como aponta o já citado Afonso (2016: 11):

O Legista Nelson Massini que analisou os corpos, concluiu que a PM matou a sangue frio, usando armas de fogo de diversos calibres, foices, facas, facões, machados, pedaços de paus etc. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/04/96. p.02). A perícia concluiu que 10 dos 19 trabalhadores assassinados foram executados à queima roupa. Execução sumária. “Assassinados a sangue frio”, conforme divulgou o Jornal do Brasil, em sua edição de 19/04/96.

O massacre teve repercussão nacional e internacional, vindo a ser apropriado pelo MST para pressionar o estado brasileiro quanto às políticas efetivas em favor da reforma agrária, de modo que (essa era a expectativa) não se repetissem os episódios como o de Eldorado. De modo mais imediato, conseguiu-se que, durante o Governo Fernando Henrique (1995–2002), fosse aberto maior espaço de escuta para as demandas apontadas pelos trabalhadores sem-terra (SANTOS, 2012), devido à repercussão negativa no âmbito internacional e sob pena de se aumentar ainda mais os conflitos no campo, o que poderia provocar maior adesão ao movimento. Como relata Alcione:

Antigamente, aqui no Sul do Pará, o companheiro que vinha praqui pra trabalhar era muito feliz quando ele saía daqui com vida. E hoje mudou. Sul do Pará hoje tá enxergado de todas as autoridades. Com aquele

massacre que houve, aqui na curva do S, hoje tá enxergado o Sul do Pará no Brasil inteiro, no mundo inteiro, né só no Brasil. No mundo. Então, com isso, trouxe o conhecimento dos direitos humanos¹⁷ (ESCOLA ELDORADO, 2008: 7min39s).

Após concluídas as narrativas sobre as experiências de Alcione,¹⁸ são registradas no documentário suas perspectivas comparando o contexto vivenciado em seu presente, marcado pela possibilidade de acesso a informações e aos direitos humanos (entre os quais o acesso à saúde e educação), e o período de vida dos seus pais, onde os trabalhadores rurais não tinham tal acesso, o que teve ressonância na sua história de vida e dos seus irmãos, que cresceram analfabetos. Em suas palavras:

Todos nós, tem um direito só. Pode ser branco, pode ser rico, pode ser pobre, pode ser negro. Tudo é um direito só. E meus pais, meus avós, morreram e não conheceram o direito. Não sabe o que é os direitos humanos. Nós morava no interior, não tinha escola. Quando vinha um professor aí meu pai não queria botar nós na escola que era para não tirar do serviço. Aquilo foi uma perdição, pra nós, que ele criou dez filhos, todos os dez analfabetos (ESCOLA ELDORADO, 2008: 8min6s).

Ao falar em direitos humanos, que, como vimos, é o tema central do projeto ao qual o documentário está relacionado, Alcione se mostra consciente de uma das questões mais caras àqueles que como ele vivenciaram e literalmente sentiram na pele os abusos cometidos por agentes de estado no processo de avanço da fronteira: “Hoje, eu, parece que eu renasci novamente, né? Tenho conhecimento. Sei respeitar os direitos dos outros. Eu aprendi com o tempo, e hoje eu posso dizer o que é que é os direitos humanos” (ESCOLA ELDORADO, 2008: 9min39s). Do mesmo modo, associa tais direitos ao direito pela educação:

Hoje a minha oportunidade, a minha vontade é de ver as minhas filha formada. As minhas netas. As minhas filhas não quiseram se formar. Agora as minhas netas elas têm muita vontade de estudar. E eu garanti pra

¹⁷ De forma rápida, após esse trecho do relato de Alcione, é colocado na tela mais um trecho de gravação contemporânea na Serra Pelada, em que um senhor — possivelmente um dos garimpeiros que optou por não deixar o local — está sentado em uma banquinha de venda de bilhetes para sorteio, onde está presente o leiteiro com os dizeres: “Faça aqui sua aposta”. Uma leitura possível de tal apropriação é que busca reforçar o contraste entre o antes e o depois, conforme a fala de Alcione. Outra leitura, porém, aponta para uma possível dúvida quanto à garantia efetiva e em definitivo do acesso aos direitos humanos, dando sentido à “aposta” quanto ao que se iria descortinar nos anos futuros.

¹⁸ São, ainda, apresentados seu estado no período do relato, quando foi diagnosticado com leucemia, e as complicações em sua saúde por conta do tiro levado 10 anos antes.

elas que, enquanto elas tiverem a boa vontade de estudar, eu não tiro elas do estudo delas. [Sons de adolescentes saindo da escola]. Se todo mundo interessar de educar os filhos, igualmente eu tenho a boa vontade (só não tenho a condição, mas a boa vontade eu tenho), vai ser um novo Brasil, vai ser uma nova geração bem educado (ESCOLA ELDORADO, 2008: 8min35s).

O documentário registra a possibilidade de os jovens da atual geração, representados pelas netas de Alcione, terem acesso à escola no cerne do próprio assentamento “17 de Abril”, um passo complementar ao da conquista da terra a partir das lutas travadas pela geração de Alcione. Dialoga, nesse sentido, diretamente com o contexto de emergência em todo o País — entre a última década do século XX e os anos iniciais do século XXI — com o movimento em favor da Educação do Campo, em que são combinados a “[...] luta pela educação com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território.” (CALDART, 2012: 261). Segundo Caldart:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre políticas de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (2012: 257).

O MST é um dos principais agentes a reivindicar frente ao Estado a implementação da Educação do Campo. Suas reivindicações ganham maior visibilidade justamente após os massacres de trabalhadores rurais em Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás, que tiveram ampla divulgação a nível nacional e internacional. Ao acionarem a memória de outros massacres e crimes emblemáticos ocorridos na luta pela terra, esses episódios possibilitam a sensibilização de parte da opinião pública e a maior defesa por parte do chamado “campo progressista” em relação às causas dos trabalhadores rurais sem-terra e à luta do próprio MST. Como aponta Santos:

Os movimentos sociais do campo souberam bem aproveitar este ambiente favorável à Reforma Agrária para trazer a público outras pautas normalmente esquecidas ou desconhecidas pelas autoridades, entre elas a situação da Educação do Campo, notadamente a falta de escolas, e a falta

de educadores para as poucas que existiam, o que impunha uma condição de acesso apenas aos anos escolares iniciais, reproduzindo, nos assentamentos, a mesma lógica de negação histórica do direito, aos camponeses, de acesso aos níveis mais elevados de escolaridade (2012: 630).

Desse modo, a narrativa de Alcione — em relação às suas expectativas quanto à educação da geração de suas netas — não surge de forma desvinculada dos tensionamentos e reivindicações desse novo contexto em que ele e seus companheiros assentados estavam inseridos, a nível nacional, nos anos iniciais do século XXI. O documentário se encerra com Alcione observando suas netas caminhando pelo assentamento, após saírem da escola, como que nos conduzindo a refletir sobre os destinos que aguardam as duas jovens.

O novo contexto reconectou, mais uma vez, a história do assentamento “17 de Abril” (herdeiro direto da luta dos que vivenciaram o massacre de Eldorado dos Carajás) com as lutas dos trabalhadores do campo pelo direito de seus filhos frequentarem a escola; degrau necessário para a inserção junto a uma gama de outros direitos humanos. Tais direitos apontam, como o título do documentário sugere, para uma relação entre escola e liberdade; a educação do campo, que ganhava forma naquele momento, é vista como uma das etapas da luta pela terra.

Sem buscar construir uma análise que encerre todas as possibilidades de interpretação do documentário *Escola Eldorado*, compreendemos que as experiências de Alcione Ferreira da Silva são nele apropriadas, como um testemunho das tensões e resistências próprias dos anos finais do século XX na Amazônia. Ao mesmo tempo, essas vivências apresentam o testemunho sobre seu próprio período de produção (nesse mesmo recorte espacial ou em níveis mais amplos), e nos fazem, a partir do que defendeu Gagnebin, testemunhas desses dois contextos, possibilitando-nos cotejá-los com o nosso tempo presente, de modo a tentar evitar que tais eventos perversos voltem a se reproduzir.

De forma bastante sutil — e a partir das concepções de uma testemunha direta que viu e sentiu no próprio corpo as reações dos que defendem o interesse do latifúndio — são registradas as expectativas dos trabalhadores rurais nos anos iniciais do novo século. O documentário se constitui, desse modo, como um relevante convite à reflexão em um momento em que, mais uma vez, autoridades e agentes públicos evocam o uso de força letal contra os trabalhadores do campo e as ocupações realizadas pelos movimentos sociais.

Abre-se, assim, mais uma página na longa história de negação aos direitos mais elementares às populações pobres em nosso País.

Referências

AIC. Victor Lopes [Seção: “Corpo docente”]. Disponível: <<https://www.aicinema.com.br/docente/victor-lobes/>>. Acesso: Abr. 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 136–143, Oct./Dec. 1999.

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas, v. I: magia e técnica, arte e política*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Tradução Sérgio Paulo Rouanet.

BRAGA, Magno Michell Marçal. *Rota Transamazônica: Nordestinos e o Plano de Integração Nacional*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo [verbete]. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 257–265.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

FILME B. Victor Lopes [Seção “Quem é quem no cinema”]. Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/quem-e-quem/diretor-documentarista-roteirista/victor-lobes/>>. Acesso: Abr. 2019.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Tradução Flávia Nascimento.

GAGNEBIN, Jean Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 49–57.

GOMES, F. dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

ICEM. *Marco Universal*. Disponível em: <<http://www.icemvirtual.org.br/projetos/marco-universal/>>. Acesso: Abr. 2019.

IBGE. *Divisão Regional do Brasil*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso: Abr. 2019.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MECHI, P. S. *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972–1974)*. 2012. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: Os Arquivos secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena *et al.* *História e Cinema: Dimensões Históricas do Audiovisual*. 2. ed. São Paulo: alameda, 2011. p. 39–64.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 235–290.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

NOSSA, Leonêncio. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479–499, set.–dez. 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORTACURTAS. *Escola Eldorado*. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=escola_eldorado>. Acesso: Abri. 2019.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103–130.

_____. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução de Ricardo Santhiago.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 629–637.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura.

SILVA, Idelma Santiago. *Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968–1988)*. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

_____. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970–2008)*. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

VARGAS, Isabela Junqueira. *Ocupando manchetes: como o MST agenda a mídia*. Estudo sobre as estratégias de agendamento do movimento dos sem-terra no Abril Vermelho. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica*. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VILLAR, Roberto. *Te Encontro Em Marabá (Sônia)*. Disco: Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/roberto-villar/1268759/>>. Acesso: Abr. 2019.

Produções audiovisuais

AMAPÔ. Direção de Kiko Goifman. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 12min. Disponível em: <<http://portacurtas.org.br/filme/?name=amapo>>. Acesso: Abr. 2019.

BALA PERDIDA. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: Sambascope e TV Zero, 2003. 14min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=bala_perdida>. Acesso: Abr. 2019.

CAVALÃO. Direção de Sandra Kogut. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 15min. Disponível em: <<http://portacurtas.org.br/filme/?name=cavalao>>. Acesso: Abr. 2019.

DIREITOS HUMANOS, A EXCEÇÃO E A REGRA. Direção de Gringo Cardia. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 10min. Disponível em:

<http://portacurtas.org.br/filme/?name=direitos_humanos_a_excecao_e_a_regra>. Acesso: Abr. 2019.

ESCOLA ELDORADO. Direção de Victor Lopes. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Produção TVZERO. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 13min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=escola_eldorado>. Acesso: Set. 2017.

“J.”. Direção de Eduardo Escorel. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 14min. Disponível em: <<http://portacurtas.org.br/filme/?name=j>>. Acesso: Abr. 2019.

FRUTO DA TERRA. Direção de Tetê Morais. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 15min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=fruto_da_terra>. Acesso: Abr. 2019.

FLOR NA LAMA. Direção coletiva de Spetaculu - Escola Fábrica de Espetáculos. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 13min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=flor_na_lama>. Acesso: Abr. 2019.

JONAS, SÓ MAIS UM. Direção de Jeferson De. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 13min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=jonas_so_mais_um>. Acesso: Abr. 2019.

LÍNGUA: VIDAS EM PORTUGUÊS. Produção de Renato Pereira, Suely Weller e Paulo Trancoso. Brasil-Portugal: Tv Zero, Sambascope; Costa do Castelo Filmes, 2004. 91min.

MAPA DA MINA: CARAJÁS. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV ZERO, 2001. 35 min. Disponível em: <<http://www.tvzero.com/projeto/mapa-da-mina-carajas/>>. Acesso: Abr. 2019.

MAPA DA MINA: ESTRADA DE FERRO CARAJÁS. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV ZERO, 2001. 35min. Disponível em: <<http://www.tvzero.com/projeto/mapa-da-mina-estrada-de-ferro-carajas/>>. Acesso: Abr. 2019.

O PEQUENO E O GRANDE. Direção de Fábio Gavião, João Jardim e Markão Oliveira. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 12min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=o_pequeno_e_o_grande>. Acesso: Abr. 2019.

MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA, TESTEMUNHO: REVISITANDO A LUTA PELA TERRA
NO SUDESTE DO PARÁ A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO *ESCOLA ELDORADO*

ÓTV. Entrevista com o diretor Victor Lopes. Apresentação e edição de Lana Seganfredo. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6BWL0gvePF8>>. Acesso: Abr. 2019.

SERRA PELADA, A LENDA DA MONTANHA DE OURO. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2013.

VIDAS NO LIXO. Direção de Alexandre Stockler. Documentário integrante do projeto Marco Universal. Rio de Janeiro: ICEM e [X]BRASIL, 2008. 15min. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=vidas_no_lixo>. Acesso: Abr. 2019.

Recebido em: 10 de maio de 2019
Aceito em: 25 de setembro de 2019